



GRUPO PARLAMENTAR

| |
|---|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente |
| N.º de Entrada <u>29933</u> |
| Classificação <u>Q.02/02</u> |
| Data <u>07/07/30</u> |

Por determinação de Sua Excelência e
Presidente da A.R. 2 DAPLEN
31.7.07 u

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO
Nº 1836/X (2ª) - AC

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE
31/07/2007

Aleste Correia

ASSUNTO: Situação da medicina dentária e saúde oral no SNS

É do conhecimento geral que o Serviço Nacional de Saúde apresenta um défice muito elevado no que se refere à prestação de cuidados de saúde oral à população.

Apesar de os anteriores Governos do PSD terem apostado fortemente na saúde oral, seja pela aprovação do Plano Nacional de saúde 2004-2010, seja pela aprovação do Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral, neles definindo uma estratégia de intervenção assente na promoção da saúde e na prevenção e tratamento das doenças orais, a verdade é que, apesar das medidas então tomadas, muito há ainda a fazer e o actual Governo está muito aquém dos objectivos definidos para aquela área da Saúde.

Com efeito, os números que os órgãos de comunicação social vão revelando são, de veras, impressionantes:

- Mais de 90% dos Portugueses recorrem ao sector privado no domínio da saúde oral;
- Mais de 60% dos Portugueses não têm acesso à medicina dentária por insuficiência de meios económicos;
- Apenas 23% dos Portugueses tem dentição saudável;
- Cerca de 70% das crianças do Norte de Portugal têm cárie dentária;
- Apenas 2 médicos dentistas trabalham nos centros de saúde de Portugal continental (em Bragança e Castelo de Paiva);

| |
|---|
| |
| Para preparar o expediente de <u>31/07</u> |
| O Chefe de Divisão |

GRUPO PARLAMENTAR

- Cerca de 3% dos cerca de 5000 médicos dentistas portugueses estão desempregados, ou seja, cerca de 150 médicos.

Os números referidos ganham especial gravidade se considerarmos os casos, recorrentemente denunciados, de centros de saúde que, estando apetrechados com os indispensáveis equipamentos e instalações para assegurar cuidados de medicina dentária, não asseguram esses cuidados por falta de recursos humanos. E serão cerca de 100 os centros de saúde nessas condições!

Esta realidade, altamente indesejável, ganha contornos absolutamente inaceitáveis quando são os próprios serviços de saúde na dependência do Ministério da Saúde a desbaratar recursos humanos e financeiros, ao invés de os aproveitar em benefício das populações.

A situação que a seguir se descreve e que resulta da Petição n.º 343/X/2.ª, pendente na Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República, ilustra bem o que anteriormente se referiu.

Em 1992, após concurso externo, Manuel Lourenço Nunes, licenciado em Medicina Dentária, passou a fazer parte do quadro de pessoal do Centro de Saúde de Castelo Branco, integrado na carreira geral dos técnicos superiores.

As suas funções consistiam em tratamentos dentários à população escolarizada e a grupos socialmente excluídos bem como formação a pessoal médico, de enfermagem e pessoal docente do distrito de Castelo Branco, para além da coordenação distrital de saúde oral, e que solicitou já por diversas vezes às entidades competentes a sua reclassificação profissional, pretensão que, até ao momento, tem sido indeferida.

Consequentemente, o referido clínico está neste momento confinado à realização de trabalhos de natureza administrativa.

Porém, ao mesmo tempo que tal sucede, e com o argumento de existir falta de médicos dentistas nos centros de saúde, a Administração Regional de Saúde do Centro tem autorizado as Sub-Regiões a



GRUPO PARLAMENTAR

celebrarem contratos de trabalho a termo certo com médicos dentistas, por forma a rentabilizar os equipamentos existentes e a dar resposta às necessidades dos utentes.

Quer dizer: o médico dentista do quadro do centro de saúde realiza tarefas administrativas e o mesmo centro de saúde contrata médicos privados para assegurar funções que aquele poderia desenvolver.

O Gabinete do Senhor Ministro da Saúde foi questionado em 30 de Maio de 2007 acerca desta situação, não tendo, até ao momento, dado qualquer resposta à Assembleia da República.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, venho requerer a V. Exa., que solicite ao Ministério da Saúde, os seguintes esclarecimentos:

1. Existe na actual estrutura orgânica do Ministério da Saúde algum departamento ou serviço com competências específicas na área da saúde oral?
2. Tendo o Governo criado, no final de 2006, um grupo de trabalho com o objectivo de apresentar propostas e medidas concretas na área da saúde oral até Maio de 2007, quais os resultados conseguidos?
3. Tem o Governo o objectivo de dar utilização aos equipamentos de medicina dentária existentes em centros de saúde e que não são aproveitados?
4. Face ao estado da medicina dentária e da saúde oral em Portugal, qual o ponto actual da situação da Sub-região de Saúde de Castelo Branco e do Dr. Manuel Lourenço Nunes?
5. Para quando a resolução do problema?

Assembleia da República, 26 de Julho de 2007.

A Deputada,



(Ana Manso)